

A QUESTÃO DO PODER NOS ESTUDOS EM TURISMO: UM QUADRO ANALÍTICO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER

The Power Issue on Tourism Studies: An Analytical Framework based on the Contributions of Political Economy of Power

JULIANA F. DA SILVA¹, BRUNO M. A. GOMES², JOSÉ R. V. DE FARIA³ & THIAGO D. PIMENTEL⁴

RESUMO

Assim como ocorre com as definições sobre poder em geral, no turismo, existem diferentes teorias que conceituam e analisam o poder. Esse ensaio teórico tem o objetivo de destacar as abordagens teóricas dos estudos sobre o poder no turismo e correlacioná-las à Economia Política do Poder (EPP) enfatizando suas possíveis contribuições para o avanço desse tema de estudo no turismo. Diante disso, espera-se responder as seguintes perguntas: de que maneira o tema do poder é abordado nos estudos em turismo? Existem outras contribuições que podem ser apontadas para aprofundar tais investigações? Por meio de pesquisas bibliográficas realizadas em livros e em artigos científicos publicados entre os anos 2000 e 2018, os estudos sobre poder foram identificados em três correntes principais: poder local, poder multidirecional e poder a partir de hábitos dos sujeitos em interação. A partir disso, a EPP traz profundidade a alguns conceitos e faz uma contribuição semântica, ao constatar conceitos e ressaltar elementos que permitem a definição de características fundamentais do poder.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Poder; Economia Política do Poder.

ABSTRACT

General definitions conceptualize and analyze power relations from different perspectives. Tourism studies are not an exception to that. This study aims to highlight theoretical approaches of power in tourism studies and correlate them with Political Economy of Power (EPP), emphasizing its contributions to the advance of this topic of study in tourism. How is the issue of power addressed in tourism studies? Are there other contributions that can be pointed out to improve such investigations? Based on bibliographic research in books and scientific articles published between 2000 and 2018, tourism studies on power were identified in three main streams: local power, multidirectional power and power from habits of subjects in interaction.

¹ **Juliana Ferreira da Silva** – Mestre. Pesquisadora de Doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3948407308028996>. E-mail: fs.juliana1@gmail.com

² **Bruno Martins Augusto Gomes** – Doutor. Professor na Universidade Federal do Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4598097456621468>. E-mail: gomesbma@ufpr.br

³ **José Ricardo Vargas de Faria** – Doutor. Professor e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas (4P) e Planejamento Urbano (PPU) na Universidade Federal do Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2623694283407305>. E-mail: jrvfaria@ufpr.br

⁴ **Thiago Duarte Pimentel** – Doutor. Professor visitante Universidade Québec/Montreal. Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3862323454964593> E-mail: thiago.pimentel@ich.ufjf.br

The EPP brings depth to some concepts and makes a semantic contribution, by verifying concepts and highlighting elements that allow the definition of power characteristics.

KEYWORDS

Tourism; Power; Political Economy of Power.

INTRODUÇÃO

O poder é inerente à condição humana. Interpretado em uma perspectiva positiva, como capacidade, ou negativa, como dominação, o poder faz parte das relações humanas. Apenas para evidenciar a longevidade do tema, a questão do poder havia sido colocada há cerca de 25 séculos por Aristóteles [384 a.C. - 322a.C.] [e.g. *Política; Ética a Nicomaco*], quem afirmava que o ser humano é um animal político [*zoon politikon*], e desde então o tema tem figurado na filosofia e nas ciências humanas do mundo ocidental como pedra angular. Embora se manifeste de diferentes formas, Aristóteles [em *Ética a Nicomaco*] associa o poder com a virtude e a política com a maior virtude de todas que é a busca do bem comum da polis.

No entanto, a ascensão de uma perspectiva positivista na filosofia e nas ciências, emulando um ideal de universalidade a partir das ciências naturais, põe em segundo plano toda a variabilidade e idiosincrasia das ciências humanas, tratando-a, modelando-a, uniformizando-a, reduzindo-a a partir do que pode ser classificado, mensurado e controlado. O que não pode é excluído ou marginalizado, posto a margem, como resíduo.

Tal matriz de pensamento se fez [e faz] presente em todas as áreas do conhecimento. São preponderantes na área de turismo os estudos com abordagens epistemologicamente positivistas, teoricamente funcionalistas, metodologicamente quantitativos, universalistas e neutralistas, e empiricamente descritivos (Pimentel, 2018). Estas abordagens geralmente tentam racionalizar, otimizar e parametrizar toda a realidade reduzindo-a a um determinado tipo de critério e de parâmetro – em geral, formas de conduta estáveis, racionais e padronizadas – às quais se prestam ao maior controle; sem, contudo, se darem conta (ou assumirem) que esta parcela a que se dedicam é apenas um fragmento da realidade e da diversidade da condição e atuação humana. Desta forma, tendem a não tratar ou simplesmente ignorar elementos que fogem à padronização e ao controle, os quais passam a serem vistos frequentemente como disfunções ou patologias sociais (Parsons, 1971; Merton, 1968).

Ao contrário, os estudos sobre o poder, seja visto de forma substantiva ou como uma relação, põe o acento sobre as situações de disputa pela posse e controle de recursos, assumindo que toda ordem social é artificialmente forjada com um aparente ar de neutralidade por atores dominantes em um determinado contexto e época (Bourdieu, 1989; Crozier, 1973). No turismo, os estudos das relações de poder são relevantes, entre outros motivos, para destacarem o papel e os comportamentos dos diversos sujeitos que influenciam ou tentam influenciar a formulação das políticas públicas do setor, bem como a correlação de forças que perpassa a implementação dessas políticas (Beritelli & Laesser, 2011; Hall, 1994; Nunkoo & Smith, 2013).

Neste contexto, emerge a seguinte problemática: de que maneira o tema do poder permeia os estudos em turismo? Quais outras contribuições podem ser apontadas no sentido de aprofundar tais investigações? Este artigo conceitual propõe trazer à tona e por, ainda que preliminarmente, em evidência e problematizar o processo de naturalização das relações humanas nas ciências, em geral, e nos estudos em turismo, em particular. Especificamente, esse ensaio tem o objetivo de destacar abordagens teóricas dos estudos sobre o poder no turismo e correlacioná-las à Economia Política do Poder (EPP) enfatizando suas possíveis contribuições para o avanço desse tema de estudo no turismo.

A presente reflexão se justifica por ressaltar a contribuição da Economia Política do Poder (EPP) para os estudos em turismo. Apesar de a EPP ainda ser pouco utilizada na área do turismo, a abordagem é aplicada em áreas correlatas, como Administração e Economia, o que indica seu potencial para colaborar com investigações no turismo. Para elaboração deste ensaio, a metodologia foi baseada em pesquisas em livros e em artigos científicos. Os artigos foram pesquisados na plataforma Periódicos Capes com as palavras-chave: turismo, poder, políticas públicas. Tais termos foram utilizados em conjunto e com o operador lógico booleano “AND”, a fim de que os resultados da pesquisa conttenham os três termos delimitados para esta pesquisa. Foram aplicados filtros para selecionar artigos em periódicos revisados aos pares, entre 2000 e 2018, em português e em inglês. Tal escolha temporal foi pensada para demonstrar as abordagens de estudo atuais que associam poder ao turismo. Além disso, o ano de 2018 foi selecionado como limite temporal em função da elaboração de dissertação de mestrado, a qual deu origem ao presente ensaio teórico.

A seleção dos artigos foi, primeiramente, feita a partir da leitura do título, que deveria indicar relação com o turismo. Em seguida, foi feita a leitura dos resumos dos artigos. O recorte feito

ênfatiza as relações de poder entre os envolvidos nos espaços onde a atividade acontece e a interação entre sujeitos que visam influenciar a tomada de decisão referente às políticas de turismo. Ao todo, foram selecionados dezessete artigos. Cabe salientar que, neste ensaio teórico, os artigos foram complementados com outras referências bibliográficas atualizadas, conforme pode ser visto na seção 3. A análise dos artigos selecionados foi realizada a partir da leitura de todos os artigos selecionados. Após a leitura, os artigos foram categorizados em função da proximidade teórica, inclusive de referências, utilizada nos textos. Assim, os artigos foram categorizados com base em três linhas teóricas: poder local, poder multidirecional, poder a partir dos hábitos dos sujeitos.

Esse ensaio está estruturado em quatro partes: um levantamento teórico sobre o entendimento do conceito de poder nas ciências sociais, seguido dos estudos sobre poder no turismo, enfatizando três linhas teóricas. Logo após, são apresentadas contribuições da Economia Política do Poder aos estudos sobre turismo. E, por fim, são colocadas contribuições da EPP para investigações na área ao longo das considerações finais.

ABORDAGENS SOBRE O PODER NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Inicialmente, se pode pensar que o poder é a potência de efetuar um desempenho determinado. Mas, como já alertava Aristóteles, há que se observar a distinção existente entre a potência e o ato, ou melhor, o efetivo. Potência, segundo Max Weber (1978), significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade. O poder, por sua vez, inclui ainda um suplemento, ausente da potência. Existe poder quando a potência, determinada por uma certa força, se explicita de uma maneira muito precisa (Lebrun, 1981). A força, como lembra Lebrun, não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influir no comportamento de outra pessoa.

O poder, então, se explicita sob o modo da ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la. Portanto, o poder, quando revestido de um conteúdo de autoridade, isto é, legitimidade social ou aceitação (i.e. de um conjunto de normas ou da tradição, memórias, fatos e decisões anteriores que o endossaram). De acordo com Max Weber (2004), a autoridade é um caso específico de forma de manifestação de dominação, que por sua vez é um caso especial de poder. Enquanto, autoridade refere-se ao “poder de mando e dever de obediência” ou ainda

“um direito à "obediência" - independente de qualquer interesse – diante dos efetivamente dominados.” (Weber, 2004, pp. 188-189), “[...] por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominador" ou dos "dominadores"), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”).” (Weber, 2004, p. 191). Por outro lado, o uso do poder – como capacidade ou exercício da força – por parte de um ator, não respaldado pela legitimidade social, converte-se em tirania, enquanto forma de governo, e em coerção física, enquanto *modus operandi* de sua execução [ver Gilgamesh; Maquiavel].

Lebrun (1981) considera que o poder tem dois significados fundamentais: 1) o de tornar-se ou vir a ser, indicando uma possibilidade de acontecimentos ou o de vir de um estado a ser alcançado, desde que encontradas as condições básicas para a transformação; e 2) o de capacidade, entendido como a potência, em estado latente, intrínseca a uma determinada entidade que pode ativá-la/acioná-la a qualquer momento, mediante o seu interesse. Tanto num quanto noutro sentido, a questão radica sua fonte numa possibilidade de acesso diferencial e/ou uso de recursos que se encontram numa dada situação material especificamente. Essa capacidade desigual confere um alto grau de liberdade ao indivíduo, mas, por outro lado, gera incerteza em relação à conduta dos outros para com eleⁱ.

O conceito de poder é central nas ciências sociais. A questão do poder remete à própria interação social, na qual os indivíduos acabam exercendo diferentes graus de influênciasⁱⁱ [e expectativas] de uns sobre os outros, segundo a capacidade de cada um de acessar e utilizar um conjunto de recursos de que disponha.

O fenômeno do poder acompanha todos os processos de integração social, e estes são um dos temas principais, senão o principal, da Sociologia. Pode-se, mesmo, dizer que sem poder, nem integração nem sociedade são possíveis. De fato, nenhum relacionamento concreto entre quaisquer indivíduos ou grupos pode ser livre de questões de poder e é somente por meio das ciências sociais que nós podemos avaliar os graus de progresso tornados possíveis pela evolução e julgar a capacidade dos homens de fazer melhores arranjos com o poder no futuro (Crozier, 1973).

A construção de uma ordem, sempre contextual e artificialmenteⁱⁱⁱ criada, se coloca, então,

como cientificamente verificada a partir de sua localização num dado agrupamento social – de extensão^{iv} variável – e num dado contexto espaço-temporal. Essas verificações empíricas, devido à multiplicidade de formas com que se apresentavam em (1) lugares [desde Antropologia Clássica em sociedades antigas à moderna Antropologia Urbana da Escola de Chicago] e (2) épocas específicas [relatos históricos do século XVIII aos relatos contemporâneos] aliadas (3) às formas e métodos [da análise etnográfica à análise estatística para determinação de correlações sobre comportamento social – político, eleitoral, de consumo, etc.] e (4) aos prismas [funcionalista ou crítico] específicos que conduziam cada investigação, resultaram numa infinidade de relatos, cuja extensão e variabilidade estão fora do escopo de análise deste trabalho^v.

No entanto, seja na Sociologia, na Antropologia, na Teoria Política ou na História, as explicações concernentes à questão do poder e da emergência de uma ordem social parecem variar sobre um continuum que vai desde o aspecto coercitivo do conflito aberto [e.g. Maquiavel], mediado pela disposição diferencial de forças numa realidade material [e.g. Crozier], passando pelos aspectos simbólicos de coerção pacífica, via integração ideológica dos atores num sistema considerado legítimo [e.g. Weber], até culminar com a total dominação não percebida pelos atores em posição subalterna na relação, que ocorre por meio da alienação [e.g. Marx], da ignorância [e.g. Bourdieu] e da indeterminação e impessoalização [e.g. Foucault].

Assim, é com base nesta leitura seletiva e particular da questão do poder, a partir da gradação do exercício do poder em relações desequilibradas, mas que podem ser percebidas como tal e que, uma vez percebidas, por sua vez, podem ser negociadas ou não, é que as práticas sociais de poder – sempre sustentadas, mantidas e/ou modificadas por seres humanos – vão se colocar como objeto de verificação empírica da ciência, visando seu conhecimento, explicação e intervenção.

O poder pode ser entendido, em um primeiro momento, por meio das formas em que se manifesta na sociedade. Para Bobbio (1987), tais formas dividem a sociedade em ricos e pobres [poder econômico], sábios e ignorantes [poder ideológico] e fortes e fracos [poder político].

O poder econômico é expresso por meio da posse de bens necessários ou percebidos como tais, em uma situação de escassez ou abundância, para persuadir aqueles que não possuem bens a seguirem uma determinada conduta, especialmente na execução de um trabalho. Assim, a posse dos meios de produção representa uma grande fonte de poder por parte daqueles que os

possuem, em contraponto aos que não os possuem. Ainda que partindo de diferentes premissas, Jessop (2016) também pontua a dominação de classe na vertente da dominação econômica, ou seja, as relações sociais de produção compreendem o controle sobre a alocação de recursos para diferentes atividades produtivas e sobre a apropriação de resultados excedentes.

O poder ideológico, de acordo com Bobbio (1987), se vale da posse de algumas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, informações e códigos de conduta para influir o comportamento alheio e induzir o comportamento de membros de um grupo. Desse tipo de poder advém a importância social dos que sabem, dos sacerdotes, literatos, cientistas, técnicos ou intelectuais em geral. Para Jessop (2016), a dominação ideológica de classe diz respeito ao controle exercido pela classe governante sobre meios de produção intelectuais.

A terceira forma de poder refere-se ao âmbito político que é, segundo Bobbio (1987), o responsável por distinguir o grupo dominante na sociedade. É esse grupo que pode recorrer, em última instância, ao uso da força e ao uso de seu monopólio em um determinado território (Bobbio, 1987). Jessop (2016), em sua abordagem relacional do poder, explora as mútuas determinações entre a dominação política da classe e a organização econômica da sociedade.

A partir das diferentes formas de exercício de poder, surgem taxonomias que enfatizam características com a pretensão de conceituar o termo. Para Bobbio (1987), existem três vertentes teóricas que fundamentam os estudos do poder: a substancialista, a subjetivista e a relacional.

As teorias substancialistas enfatizam o poder concebido como algo ou uma coisa que é possuída e usada como um bem. A típica compreensão substancialista do poder é a que Hobbes desenvolve, na qual o poder de um ser humano consiste nos meios [que podem ser dotes naturais, como força e inteligência, ou adquiridos, como a riqueza] dos quais dispõe para obter um bem futuro. Na esteira dos substancialistas, vale ressaltar a interpretação de Dahl (1961), para quem, o poder é exercido a partir de uma base ou um recurso, seja ele econômico, político ou de ordem social. Portanto, segundo a teoria substancialista, o exercício de poder acontece por meio dos recursos que o sujeito dispõe para alcançar um objetivo pretendido.

As teorias subjetivistas, por seu turno, seguem a compreensão de Locke, entendendo que poder não é um recurso utilizado para alcançar um objetivo, mas sim a capacidade do ser humano obter determinados efeitos (Bobbio, 1987). No caso dos estudos sobre políticas públicas, Ferreira (2015) argumenta que a típica perspectiva subjetivista é a que tenta identificar e

mensurar a capacidade de certos sujeitos isoladamente alterarem os rumos da tomada de decisão em benefício de seus interesses.

Já as teorias relacionais são as mais aceitas nas pesquisas contemporâneas, segundo Bobbio (1987). Isso porque tal vertente interpreta o poder a partir da interação entre sujeitos, em que um grupo exerce poder para obter um comportamento dos demais. De acordo com essa vertente, o exercício de poder está associado à influência.

É importante ressaltar que, de algum modo, existe a participação dos atores dominados na reprodução do sistema, por meio da execução de práticas sociais, por parte dos seres humanos, que sustentam aquele sistema. Para Crozier (1973), se nós olharmos o poder, não em termos da capacidade individual, mas em termos das relações que se desenvolvem entre as duas [ou mais] partes, A e B, descobriremos um elemento de barganha [ou troca] que altera completamente o significado da 'coisa' [poder]. As duas partes requerem uma medida de troca e ajuste mútuo.

A responde à demanda de B porque B tem respondido à [demanda] de A, ou, então, porque A pensa que B iria respondê-la. Se as duas partes são completamente livres e se a troca é igual, não se pode realmente falar em termos de poder. Mas, se o equilíbrio se pende [é derrubado] para um lado ou para o outro, e se esta desigualdade corresponde à respectiva situação das duas partes e isso não é o resultado do acaso ou um erro da parte de um deles, então, nós podemos falar de uma relação de poder (Crozier, 1973 p. 216-217 – tradução livre).

Assim, na visão do autor, é mais frutífero falar de negociação. Essa concepção de poder não apaga a essência da questão que gira em torno da ideia de 'capacidade', como bem nos mostra Lebrun (1981), mas acrescenta e põe em destaque a sua outra face: seu caráter relacional, que se instaura numa relação concreta qualquer. E é justamente sobre este aspecto relacional que a verdadeira análise sociológica da questão deve se pautar.

É o caso de Foucault, para quem o poder coexiste com o corpo social e, portanto, é onipresente (O'Farrell, 2005). Segundo Foucault, o poder não é encontrado exclusivamente no alto escalão da política, mas deve ser buscado nas extremidades, em suas ramificações e em instituições locais (Foucault, 1979). Assim, o poder foucaultiano não é um recurso de posse de uma classe ou de alguns sujeitos, mas é fluido, se assenta nas práticas apreendidas no cotidiano e é um acúmulo de saber, que se dá através da história e que se modifica com ela (Pogrebinschi, 2004).

Foucault propõe configurações históricas para o nexo geral do poder. Há o poder disciplinar, cuja função principal é o adestramento. O poder disciplinar é desenvolvido no final do século XVIII, está relacionado ao 'poder soberano' que vigorou em sociedades feudais e opera via o

direito divino, a cerimônia pública e por sanções impostas àqueles que infringem a autoridade (O'Farrell, 2005). Foucault argumenta que, com o passar dos anos, o 'poder soberano' se tornou pouco eficiente como meio de regular o comportamento da população e, assim, novas técnicas de controle social foram desenvolvidas (Foucault, 2001).

Uma dessas formas é o biopoder, tecnologias usadas para ordenar populações, não somente entendidas como grupos de pessoas, mas como coleções de organismos vivos com ritmo de nascimento e de morte, com diferenças geográficas e com diferentes estados de saúde (O'Farrell, 2005). Outra forma destacada por Foucault é a governamentalidade que, em vez de restringir liberdades, permite a incorporação dessas como mecanismos que guiam o comportamento das pessoas no corpo social. Esta forma está ligada a instituições e ao conhecimento para administrar populações, ou seja, é a racionalização de formas para exercer soberania política por meio de um governo com relação à conduta da população (O'Farrell, 2005).

De acordo com a interpretação de Foucault, o poder relacional está distribuído na sociedade (e não concentrada no Estado, em classes sociais ou em indivíduos) como prática social onipresente e historicamente construída. Com esse entendimento, o autor dá pouca ênfase aos processos de tomada de decisão.

Diferentemente, para Bachrach e Baratz (1962) existem duas faces do poder, uma visível, manifestada por grupos que tomam efetivamente as decisões, e outra menos visível, que consiste na capacidade de sujeitos influenciarem vieses para impedir que temas potencialmente perigosos para seus interesses sejam objeto de discussão e de deliberação pública.

Lukes (2005) complementou a perspectiva de Bachrach e Baratz ao incluir uma terceira visão do poder. Tal dimensão está em funcionamento sob várias formas, camuflado na percepção dos que estão a ele subjugados e, por vezes, oculto para os seus detentores. Na visão tridimensional, o poder engloba a dependência, a aliança, a lealdade ou a cumplicidade dos demais sujeitos e grupos, ainda que não existam situações de conflito (Lukes, 2005).

Em uma abordagem que busca aprofundar a maneira com que o Estado estrutura as relações de poder e os privilégios de determinados interesses, Jessop (2016) aborda o poder como um fenômeno complexo para explicar as relações sociais. Na visão do autor, o poder é visto como uma capacidade de fazer a diferença.

O poder do Estado é um efeito das mudanças na balança de forças em uma dada situação. A abordagem estratégico-relacional, proposta por Jessop (2016) a partir das bases teóricas formuladas por Poulantzas (2000), expõe a luta de classes que pode ocorrer dentro e para além do Estado, bem como os sujeitos que exercem influência dentro e fora das fronteiras formais do Estado. Portanto, segundo o autor, é relevante considerar o poder do Estado exercido e alinhado com interesses de classes particulares. Esse alinhamento é estabelecido por meio de alianças que partem de diferentes motivações e que proporcionam resultados distintos na sociedade.

Assim, para Jessop (2016), o Estado é organizador do funcionamento da sociedade de classes que tem legitimidade para regular as relações em um aparato jurídico e político. Nesse contexto, a atuação do Estado é essencial para assegurar as relações de poder entre os grupos sociais, uma vez que as forças mercantis estão sujeitas a falhas, a repercussões negativas e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da coesão social (Jessop, 2016).

Também inspirado em Poulantzas (2000) e a fim de compreender a materialidade do poder relacional, Faria (2011, 2017) apresenta um espaço teórico epistemológico próprio ao poder, a partir da teoria denominada Economia Política do Poder (EPP). O autor defende que o conceito não deve ser confundido com outros que detêm certa relação com o termo ou ainda com suas formas de materialização, tais como autoridade, influência, coerção, capacidade decisória, Estado e Governo. Para o autor, poder é:

uma práxis não somente relacional, mas uma práxis cuja natureza fundamenta-se em uma interação, complexa e contraditória, entre os sujeitos coletivos da ação e refere-se, neste sentido, a uma capacidade ou condição de mobilização, pois não há como dissociar o poder da inclinação a exercê-lo, que provém da própria natureza ou condição humana. Deste modo, poder é a capacidade que tem uma classe social (ou sua fração ou segmento), uma categoria social ou um grupo (social ou politicamente organizado) de definir e realizar seus interesses objetivos e subjetivos específicos, mesmo contra a resistência ao exercício desta capacidade e independentemente do nível estrutural em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada (Faria, 2011, p. 141).

De acordo com essa concepção, o poder é uma parte do conhecimento que se manifesta na interação e é por meio da capacidade de mobilização dos sujeitos para definir e realizar interesses que o poder é exercido. A partir disso e das reflexões pessoais de ordem política, econômica e moral, os grupos buscam ter acesso ao comando das principais estruturas da sociedade com a finalidade viabilizar o alcance de seus interesses.

No que tange aos interesses dos grupos, Faria (2011) argumenta que o termo não remete

somente ao comportamento individual dos sujeitos, mas à expressão coletiva de interesses objetivos e subjetivos, pois interesses individuais são expectativas de ação que adquirem sentido somente quando tomadas pelo conjunto de pessoas. Dessa maneira, para o autor, interesses são preferências de natureza econômica, jurídico-política, sociocultural, ideológica e psicossocial, definidos pelos grupos sociais (Faria, 2017).

As relações de poder não são apenas relações entre indivíduos, mas são, sobretudo, relações entre classes, categorias ou grupos sociais, que têm as estruturas sociais, políticas, culturais, jurídicas e ideológicas como campo de realização (Faria, 2017). Isso indica que o exercício de poder é significativo ao resultar do acesso de grupos sociais ao comando das principais estruturas da sociedade, sejam elas econômicas, políticas ou jurídicas. E, nesse sentido, as formas de controle presentes nas organizações bem como as formas de acesso ao seu comando devem ser destacadas.

A linha de pensamento abordada por Faria permite entender o poder como uma relação social fundamentada na capacidade de uma classe social de delinear e realizar seus interesses. Para atingir seus objetivos, esta classe social está atenta a sua interação com os (interesses dos) demais grupos sociais e considera a característica simbólica em que o poder é exercido.

As ciências sociais têm se dedicado ao estudo do poder a partir de diferentes prismas. Mesmo dentro da abordagem relacional, é possível observar diferentes correntes, como a de Foucault, de Bachrach e Baratz, de Lukes, de Jessop e de Faria. De que forma o poder é tratado em uma área com caráter econômico e político como é o caso do turismo? Para responder essa indagação, a próxima seção busca abordar linhas teóricas sobre poder no turismo.

ESTUDOS SOBRE PODER NO TURISMO

Abordagens dos estudos sobre poder no turismo estão frequentemente ligadas à vertente teórica relacional. No turismo, foram identificadas três linhas que se correlacionam: o 'poder local', o 'poder multidirecional' e o poder estudado a partir dos 'hábitos dos sujeitos em interação'.

Os estudos da primeira linha teórica [poder local], frequentemente tratados em pesquisas sobre turismo comunitário, enfatizam as disputas no contexto do turismo em comunidades e municípios. Essa abordagem pode partir do enfoque da própria comunidade na tomada de decisões sobre políticas de turismo ou pode focar na relação entre comunidade local e turistas.

Segundo Dredge e Jenkins (2007), o poder local diz respeito à organização local do turismo que atua a partir da negociação e da mediação de interesses empresariais, comunitários e governamentais. Os autores categorizam o poder local em obrigatório, aquele que está disposto em normas jurídicas, e permissivo, atrelado à discricionariedade, ou seja, à conveniência e à oportunidade percebidas pelos grupos que atuam e tomam decisões no âmbito local. Há, neste caso, certa indistinção entre poder e a esfera e os aparatos políticos.

Para Bianchi (2003), no turismo existe a proliferação de investigações que defendem a participação dos residentes nos processos de tomada de decisão como a chave para o desenvolvimento da atividade. Esse envolvimento potencializa a aceitação e a legitimação das políticas públicas de turismo como promotoras do desenvolvimento econômico (Bianchi, 2003).

Petersen (1999) enfatiza que a participação da comunidade acontece a partir da descentralização, atrelada ao repasse ou à divisão de poder entre os diferentes sujeitos que atuam na tomada de decisão local. Como indutor da descentralização, França e Araújo (2010) salientam o período após a promulgação da Constituição de 1988. Foi nesse momento que o nível local passou a ter mais autonomia político-administrativa no que se refere à formulação e à implementação de políticas públicas de diversas áreas, inclusive o turismo.

Essa maior autonomia do nível local permitiu um maior empoderamento. O termo está associado às governanças do espaço público, à capacidade de liberdade de participação na tomada de decisões e ao poder compartilhado existente dentro da comunidade local (Gonçalves, Marta-Costa & Cristóvão, 2013). A partir do empoderamento local, há mais equilíbrio de forças entre Estado e sociedade (Friedmann, 1996). Com uma sociedade local empoderada, a ação estatal é mais suscetível a prestar contas e a aumentar as possibilidades de atuação da sociedade civil na governança dos seus próprios assuntos (Friedmann, 1996).

Assim, a descentralização e o empoderamento permitem maior envolvimento e controle da comunidade na tomada de decisão sobre o turismo. Petersen (1999) salienta o papel reservado às comunidades, que podem auxiliar na produção de informações, na elaboração de propostas e na legitimação da decisão coletiva. Todavia, o autor chama atenção para modelos formulados com base em referenciais externos à realidade local que podem desencadear a banalização de paisagens, a dispersão social e obstáculos à participação social.

Nos estudos de poder local há também a relação entre comunidade e turistas (Oliveira, 2018; Fortunato & Silva, 2013; Grimm & Sampaio, 2011; Adell, 2004; González, 2002). Essa relação é,

por vezes, conflituosa em função da transformação dos espaços, dos comportamentos e das práticas culturais modificadas para serem usadas como entretenimento de turistas (Oliveira, 2018; Fortunato & Silva, 2013; Adell, 2004; González, 2002).

Observa-se que muitos conflitos oriundos da relação entre anfitriões e visitantes são movidos por razões de eficiência e utilidade, notadamente econômicas, atribuídas ao turismo. Ao entender o turismo estritamente como fonte de riquezas, esses conflitos emergem e impactam a dinâmica local. Por esse motivo, os estudos dessa linha teórica mencionam o desenvolvimento sustentável do turismo como um objetivo a ser alcançado.

Diante disso, as principais características dos estudos sobre o poder local são os processos participativos, o empoderamento e a descentralização, a busca pelo desenvolvimento do turismo sustentável e os conflitos sociais que envolvem a relação entre comunidade receptora e visitantes.

A segunda vertente identificada, a 'abordagem multidirecional' nos estudos em turismo, entende que o poder não está concentrado em uma classe ou em uma instituição, mas que é exercido por diversos sujeitos que ocupam diferentes posições e, portanto, opera em múltiplas direções. Assim, nessa linha teórica, são usados conceitos trazidos por Foucault.

Para Cheong e Miller (2000), as relações estabelecidas entre turistas e residentes são tratadas principalmente como de caráter socioeconômico. Nelas, ambos interagem no âmbito de 'convidados e anfitriões' ou no âmbito econômico como 'consumidores e produtores'. Existe, portanto, uma relação de poder entre turistas, os chamados 'alvos' da atividade, e os que trabalham na atividade turística, os chamados 'agentes' do turismo, sem que haja, porém, uma hierarquia ou dominação entre eles. Isso porque os alvos da atividade detêm a capacidade de compra e os agentes detêm a capacidade de adaptar a atividade turística e de moldar comportamentos.

Nessa dicotomia entre alvos e agentes, Liljeblad (2015) salienta que os dois lados da relação [alvo ou agente] são heterogêneos, formados por indivíduos singulares com interesses distintos. Para aumentar os ganhos econômicos, a atividade turística é adaptada pelos agentes para agradar e atender as motivações dos alvos. Um exemplo disso é a percepção do espaço pelo turista. Para Urry (1990), a possibilidade de contemplação é comprada por turistas por uma relação de poder econômico. Durante a atividade, os agentes detêm o poder de conduzir e de apresentar atrativos aos alvos.

Urry (1990) e Cheong e Miller (2000) chamam a atenção para a atuação dos agentes *experts*, que em interações com alvos, empregam estratégias de persuasão, interpretação, vigilância e coerção. Tais estratégias são, para Virgínio, Delgado e Fortes (2011) partes de um processo disciplinar que busca moldar os comportamentos tanto de alvos quanto de agentes que atuam no turismo.

Dessa maneira, a abordagem do poder multidirecional aborda o poder onipresente nas relações entre alvos e agentes. Esse poder opera em diversas direções, sem que haja uma hierarquia ou dominação entre eles e há também um processo disciplinar para moldar comportamentos dos envolvidos.

A 'abordagem dos hábitos dos sujeitos em interação' reconhece a variedade de indivíduos que atuam no setor público e na iniciativa privada e que colaboram no planejamento, na tomada de decisão e na administração do turismo. A ação conjunta desses sujeitos possibilita o alcance de seus objetivos, segundo Saito e Ruhanen (2017).

Para estes autores, não há função governamental sozinha ou uma organização turística isolada, ainda que poderosa, que possa desenvolver com sucesso um destino turístico. Portanto, a interação e a ação conjunta são fundamentais no turismo e é a partir delas que as relações de poder são estabelecidas. O poder, para essa abordagem, é estudado com foco nos hábitos coletivos de ação dos sujeitos em interação.

Autores como Marzano e Scott (2009) examinam o poder entre os sujeitos em um destino turístico na Austrália e constatarem hábitos como persuasão e autoridade para influenciar campanhas de marketing. Já Nunkoo (2017) reforça os papéis da colaboração e da confiança no turismo, hábitos moldados a partir da interação e da correlação de forças. Beritelli (2011), por seu turno, analisa a cooperação em um destino turístico. Para o autor, a cooperação acontece a partir da mobilização de diferentes recursos de poder e é potencializado quando há estratégias que maximizam as vantagens em agir em cooperação.

A colaboração e cooperação no turismo são hábitos frequentemente estudados por essa abordagem. Araujo e Bramwell (1999), destacam elementos que podem auxiliar as pesquisas. Dentre eles, estão a identificação de sujeitos considerados importantes, análise das coalizões formadas, avaliação do impacto que grupos exercem sobre outros quando em interação e elaboração de mapa ou diagrama da cooperação.

Pimentel (2020), ao aplicar a teoria de Bourdieu, destaca que o campo, enquanto uma esfera de relações relativamente autônomas em que agentes operam segundo lógicas e necessidades próprias e lutam pela apropriação do capital específico do campo, tem como fundamento uma visão conflitiva do mundo, a distribuição desigual dos recursos [capital] e o poder. Nesse sentido, segundo o autor, relações de poder entre os agentes e instituições definem a estrutura do campo e são por ela estruturadas [estruturas estruturantes e estruturas estruturadas]. Na análise do turismo, a adoção da perspectiva de campo, de acordo com o referido autor, implica na compreensão de que é a dinâmica interna dos agentes que conduz ao desenvolvimento mais ou menos rápido de um destino turístico.

A fim de sintetizar as correntes de poder identificadas nos estudos em turismo, o Quadro 1 apresenta os principais autores, conceitos e perspectivas desenvolvidas.

Quadro 1. Síntese das abordagens teóricas sobre poder identificados no turismo

LINHA TEÓRICA	AUTORES	PRINCIPAIS CONCEITOS
Poder Local	Dredge e Jenkins (2007) Bianchi (2003) Petersen (1999) França e Araújo (2010) Gonçalves, Marta-Costa e Cristóvão (2013) Friedmann (1996) Oliveira (2018) Fortunato e Silva (2013) Grimm e Sampaio (2011) Adell (2004) González (2002)	Mediação de interesses. Participação e desenvolvimento local. Descentralização. Empoderamento. Interação comunidade e turistas. Desenvolvimento sustentável do turismo.
Poder Multidirecional	Cheong, Miller (2000) Liljeblad (2015) Urry (1990) Virgínio, Delgado e Fortes (2011)	Caráter econômico do turismo; Relação entre alvos e agentes. Interesses distintos adaptam as atividades turísticas. Comportamentos no turismo são moldados.
Poder a partir dos hábitos dos sujeitos	Saito e Ruhanen (2017) Marzano e Scott (2009) Nunkoo (2017) Beritelli (2011) Araujo e Bramwell (1999) Pimentel (2020)	Autoridade, negociação, confiança, cooperação, Interação entre agentes, ação coletiva, contexto. Campo turístico; capitais.

Fonte: Os autores (2023).

No Quadro 1, a abordagem do poder local conta com cinco principais conceitos, dentre eles a mediação de interesses na organização local do turismo, a descentralização, ou seja, a autonomia político-administrativa do local e o empoderamento que, segundo os autores,

possibilita um maior equilíbrio de forças entre Estado e comunidade. Além disso, fazem parte do poder local a perspectiva da participação e do desenvolvimento local e sustentável.

A linha do poder multidirecional tem três principais conceitos no Quadro 1: a relação entre alvos [turistas] e agentes [trabalhadores do turismo], os interesses distintos que moldam e adaptam comportamentos e as atividades turísticas e o caráter econômico do turismo que está na base nas interações.

Por fim, são três os principais conceitos do poder a partir dos hábitos dos sujeitos, conforme o Quadro 1. São eles o entendimento sobre a variedade de sujeitos que atuam no turismo e sua atuação em conjunto que possibilita o atingimento de objetivos comuns, a identificação de hábitos e a ênfase nos empresários e no setor público como os agentes mais relevantes para definir as políticas de turismo.

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER E ESTUDOS SOBRE TURISMO

Na Economia Política do Poder [EPP], o poder é entendido como uma práxis. De acordo com Chauí (2008, p. 23), práxis constitui “um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los”. Assim, a práxis é uma atividade intencionada que concebe o sujeito como um ser criativo, social e produtivo. O poder, como práxis, tem sua natureza alicerçada na interação entre os sujeitos. Característica fundamental indica a onipresença do poder nas relações humanas e, portanto, no turismo, pois o modo de agir, a ação e o produto da ação dos sujeitos são o próprio exercício de poder.

Fundamentado no materialismo histórico e em uma concepção relacional do poder, a EPP evita o uso de expressões que atribuem ao poder a característica de posse. É o caso do termo ‘empoderamento’. Para a EPP, ‘empoderar’ está ligado a algo que se possui ou algo que é possível ser passado de uma pessoa para outra por meio de uma doação ou concessão. A concepção relacional do poder o entende como uma capacidade possível de ser exercida pelos sujeitos e, portanto, não é algo que possa ser possuído a ponto de ser concedido a outrem.

A participação dos sujeitos nos espaços decisórios não é foco da EPP. Tal abordagem enfatiza a capacidade de mobilização organizada, a partir da qual os sujeitos podem ter acesso aos espaços decisórios para mantê-los ou transformá-los. Apesar da proximidade dos conceitos participação e mobilização, eles não são sinônimos.

Para Faria (2009, p. 17), “a participação ocorre quando o indivíduo se agrega individualmente e colabora com os outros na execução de uma tarefa com pleno consentimento e parcial controle, porém sem benefício comum”. Assim, não obstante a participação envolva ações colaborativas, o termo designa uma ação individual e que não necessariamente proporciona benefícios para o coletivo. A mobilização, por sua vez, é a convocação livre de vontades. Para Toro e Werneck (2018), o termo designa um grupo de pessoas que age com um objetivo comum, buscando, diariamente, resultados decididos e desejados pelo coletivo. A mobilização, portanto, pressupõe um objetivo coletivo predefinido e requer dedicação contínua e percepção dos resultados.

Dessa forma, a EPP chama atenção para a mobilização dos sujeitos na definição de seus interesses e é a partir dessa capacidade de mobilização que ocorre a participação dos grupos nos espaços decisórios, seja com a intenção de mantê-los, seja para transformá-los.

A mobilização de uma classe, categoria ou grupo é relevante na disputa pela prevalência de interesses no turismo. E, para melhor identificar os proponentes ou a base que sustenta uma determinada demanda, a EPP indica a categorização dos sujeitos em classes, categorias ou grupos.

Tal categorização permite reconhecer tanto a confluência de interesses e a formação de alianças quanto conflitos emergentes. Os estudos sobre conflitos sociais no turismo advêm principalmente da interação entre turistas e anfitriões, a qual provoca transformação dos espaços e das práticas culturais. Para a EPP, os conflitos sociais podem ser uma das consequências de um fenômeno de resistência ao exercício do poder. A resistência é entendida como uma organização política de um grupo que provoca movimentos coletivos de oposição.

Para além dos turistas e anfitriões, ou alvos e agentes, a EPP chama atenção para a resistência exercida por outros grupos, como as organizações privadas e o próprio Estado, pois as atividades econômicas, como é o caso do turismo, são permeadas pelo acúmulo do capital, pela organização da produção coletiva de trabalho e pelo desenrolar de ações políticas na sociedade (Faria, 2017).

Além de gerar conflitos manifestados por meio da voz, a resistência pode provocar comportamentos colaterais, como a saída de alguns grupos (por exemplo, o boicote de reuniões), a lealdade servil e impactar negativamente a mobilização de grupos.

Para reprimir comportamentos de resistência, existe a disciplina para influenciar ou moldar

comportamentos. Para a EPP, tal disciplina é exteriorizada como ‘micropenalidades’ ou como atividades de controle que atuam para conter condutas. Ambos estão vinculados ao poder exercido como capacidade para assegurar interesses de grupos que estão no comando.

Com base no exposto, as principais características e suas contribuições aos estudos sobre poder no turismo estão apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2. Síntese das principais características da EPP e suas contribuições aos estudos no turismo

EPP – PRINCIPAIS CONCEITOS	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS EM TURISMO
Poder é uma práxis	Ênfase na presença do poder nas relações humanas e no turismo
Poder é uma capacidade de definir e realizar interesses	Não atribui ao poder a característica de posse, pois o poder é fundamentado nas relações interpessoais
Mobilização e participação são termos que não se confundem com poder	Mobilização é entendida como uma convocação livre de vontades
	Participação é uma agregação individual para colaborar com outros na execução de uma tarefa sem benefício comum
Sujeitos são agregados em classes, categorias ou grupos	Permite reconhecer a base que sustenta uma demanda, a confluência de interesses, a formação de alianças e os conflitos emergentes
Alguns conflitos podem ser reconhecidos como resistência ao exercício de poder	Resistência é uma organização política de sujeitos agregados (classes, categorias ou grupos) que provoca movimentos de oposição
	Processos de resistência podem ser observados para além da interação entre turistas e anfitriões, incluindo a relação entre organizações privadas e o Estado

Fonte: Os autores (2023)

Como se vê no Quadro 2, em síntese, a EPP contribui para os estudos em turismo ao enfatizar que o poder é uma práxis e, portanto, a existência do poder nas relações humanas e no turismo. Além disso, na EPP há o entendimento de que o poder é algo que pode ser exercido e não possuído a ponto de ser concedido ou doado, como é atribuído ao conceito de empoderamento em alguns estudos no turismo.

O Quadro 2 também aborda conceitos que, apesar de estarem ligados ao poder, não são confundidos com seu conceito, na perspectiva da EPP. Os dois termos aqui ressaltados são mobilização e participação, em que o primeiro é entendido como convocação livre de vontades e o segundo é uma agregação individual a fim de colaborar com outros sujeitos. Ainda no Quadro 2, observa-se a agregação de sujeitos em classes, categorias ou grupos que permite o reconhecimento da base que sustenta uma demanda e possibilita identificar a confluência de interesses, a formação de alianças e os conflitos emergentes.

Por fim, o Quadro 2 apresenta o enfoque dado pela EPP à resistência ou movimentos de

oposição, no sentido de é necessário aprofundar a constatação da existência de conflitos sociais, de tal forma a analisar os motivos da resistência. Ademais, a resistência no turismo deve ser observada para além da interação entre turistas e anfitriões, incluindo a relação entre organizações privadas e o Estado.

Com base no exposto, o próximo item traz as considerações finais deste ensaio, com sugestões de temas a serem explorados em estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma como ocorre com as definições sobre poder em geral, no turismo, existem diferentes teorias que conceituam e analisam o poder. O poder local, o poder multidirecional e os hábitos dos sujeitos em interação são as abordagens teóricas aqui identificadas. O presente ensaio teve o objetivo de destacar abordagens teóricas dos estudos sobre o poder no turismo e correlacioná-las à Economia Política do Poder [EPP] enfatizando suas possíveis contribuições para o avanço desse tema de estudo no turismo.

A EPP é considerada uma abordagem ainda pouco explorada no turismo, já que não foi encontrada nas produções científicas aqui analisados. Por isso, além de abordar as diferentes vertentes dos estudos de poder no turismo, esse ensaio dedicou parte das discussões a esse campo teórico específico. A partir deste estudo, foram observadas correlações e, sobretudo, contribuições analíticas observadas na EPP que podem aprofundar os estudos sobre poder no turismo.

A EPP chama a atenção para alguns conceitos, como mobilização, participação e empoderamento, ao ressaltar o distanciamento desses com a concepção de poder. Portanto, a EPP faz uma contribuição semântica aos estudos do poder no turismo, ao indicar a relevância do sentido e da interpretação para o uso dos termos.

A EPP também enfatiza a agregação e a disputa de sujeitos pertencentes a grupos, classes ou categorias nos espaços decisórios. Com base no materialismo histórico, esta teoria enfatiza a presença do poder nas relações humanas e os processos de resistência que provocam movimentos de oposição ao exercício do poder na interação turistas e anfitriões e na relação entre organizações privadas e o Estado.

Da Silva, J. F., Gomes, B. M. A., De Faria, J. R. V., & Pimentel, T. D. (2023). A Questão do Poder nos Estudos em Turismo: Um Quadro Analítico a partir das contribuições da Economia Política do Poder. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 602-625. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p602>

Assim, a principal contribuição da EPP para os estudos em turismo é entender e constatar conceitos e ressaltar elementos que permitem a definição de aspectos fundamentais para que a área avance nas investigações sobre poder. Com o aprofundamento das investigações sobre relações de poder no turismo, é possível identificar interesses encobertos ou os motivos para resistência e oposição de alguns grupos. Estudos futuros podem aplicar os conceitos trazidos pela EPP para entender os processos de formulação e de implementação de uma política pública setorial, bem como examinar as relações locais no turismo, buscando constatar processos de mobilização, participação, agregação de sujeitos e resistência.

REFERÊNCIAS

- Adell, M. J. B. (2004). Turismo y poder. Las transformaciones de una fiesta popular em Marruecos. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 2(1), 25-45. [Link](#)
- Andersen, B. (2008). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Araujo, L. M., & Bramwell, B. (1999). Stakeholder Assessment and Collaborative Tourism Planning: the case of Brazil's Costa Dourada Project. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3/4), 356-378. [Link](#)
- Bachrach, P., & Baratz, M. (1962). Two Faces of Power. *The American Political Science Review*, 56(4), 947-952. [Link](#)
- Beritelli, P. (2011). Cooperation among prominent actors in a tourist destination. *Annals of Tourism Research*, 38(2), 607-629. [Link](#)
- Beritelli, P., & Laesser, C. (2011). Power dimensions and influence reputation in tourist destinations: empirical evidence from a network of actors and stakeholders. *Tourism Management*, 32(6), 1299-1309. [Link](#)
- Beni, M. C. (1998). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC/SP.
- Bianchi, R. (2003). Place and Power in tourism development: tracing the complex articulations of community and locality. *PASOS - Revista de turismo y patrimonio cultural*, 1(1), 13-32. [Link](#)
- Bobbio, N. (1987). *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política* (Marco Aurélio Nogueira Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Chauí, M. (2008). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.

Da Silva, J. F., Gomes, B. M. A., De Faria, J. R. V., & Pimentel, T. D. (2023). A Questão do Poder nos Estudos em Turismo: Um Quadro Analítico a partir das contribuições da Economia Política do Poder. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 602-625. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p602>

- Cheong, S., & Miller, M.L. (2000). Power and tourism: a Foucauldian observation. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 371-390. [Link](#)
- Crozier, M. (1973). *The problem of power*. Statemate Society: The Viking Press.
- Dahl, R. A. (1961). *Who governs? Democracy and power in an American city*. New Haven: Yale University Press.
- Dredge, D., & Jenkins, J. (2007). *Tourism planning and policy*. Queensland: John Wiley and Sons.
- Faria, J. H. (2009). *Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.
- Faria, J. H. (2011). *Economia Política do Poder*. Curitiba: Juruá Editora.
- Faria, J. H. (2017). *Poder, Controle e Gestão*. Curitiba: Juruá Editora.
- Ferreira, D. S. C. (2015). *O conceito de poder nos estudos sobre a ação política do empresariado no Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política]. Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR).
- França, J. P., & Araújo, I. J. (2010). Desenvolvimento sustentável, redefinição do poder local e turismo como alternativa de desenvolvimento local. *Holos*, 2(26), 60-70. [Link](#)
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Fortunato, R. A., & Silva, L. S. (2013). Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(1), 123-138. [Link](#)
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gilgamesh. (1999). *The Epic of Gilgamesh: The Babylonian Epic Poem and Other Texts in Akkadian and Sumerian* (Andrew George Trans. and introd.). London: Penguin books.
- Gonçalves, H. J. C. F., Marta-Costa, A. A., & Cristóvão, A. (2013). Empoderamento de comunidades rurais como prática de revitalização de aldeias. *DRd – Desenvolvimento regional em debate*, 3(2), 86-99. [Link](#)
- González, N. E. K. (2002). Hospitalidade e preconceito no turismo. *Turismo: Visão e Ação*, 4(10), 91-100. [Link](#)
- Grimm, I. J., & Sampaio, C. A. C. (2011). Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, 1(19), 57-68. [Link](#)

Da Silva, J. F., Gomes, B. M. A., De Faria, J. R. V., & Pimentel, T. D. (2023). A Questão do Poder nos Estudos em Turismo: Um Quadro Analítico a partir das contribuições da Economia Política do Poder. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 602-625. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p602>

- Hobbes, T. (2001). *O Leviatã* (2a. ed.). São Paulo: Martin Claret.
- Hall, M. (1994). *Tourism and politics: policy, power and place*. Inglaterra: John Wiley & Sons.
- Jessop, B. (2016). *The State: past, present, future*. Cambridge: Polity Press.
- Lapassade, G. (1977). *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Lebrun, G. (1981). *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense.
- Liljeblad, J. (2015). Using Foucault to construct normative guidelines for an ethics of tourist-indigenous encounters. *Tourist Studies*, 15(1), 65-85. [Link](#)
- Lukes, S. (2005). *Power: A radical view*. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan.
- Nunkoo, R. (2017). Governance and sustainable tourism: what is the role of trust, power and social capital? *Journal of Destination Marketing & Management*, 6(4), 277-285. [Link](#)
- Nunkoo, R., & Smith, S. L. J. (2013). Political economy of tourism: trust in government actors, political support, and their determinants. *Tourism Management*, 36, 120-132. [Link](#)
- Maquiavel, N. (1996). *O Príncipe* (9a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marzano, G., & Scott, N. (2009). Power in destination branding. *Annals of Tourism Research*, 36(2), 247-267. [Link](#)
- Merton, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. (Enlarged Edition). Nova Iorque: The Free Press.
- O'Farrell, C. (2005). *Michel Foucault*. Londres: Sage Publications.
- Oliveira, M. F. G. (2018). Conflitos sociais relacionados ao tour de Salar de Uyuni: relações de poder entre turistas e anfitriões. *Intratextos*, 9(1), 1-23. [Link](#)
- Parsons, T. (1971). *The System of Modern Societies*. Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall.
- Petersen, P. (1999). Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In P. Petersen, & J. O. Romano. (orgs.), *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: ASPTA/Actionaid Brasil.
- Pogrebinschi, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova*, 3(63), 179-201. [Link](#)
- Pimentel, T. D. (2018). Uma Perspectiva Sociopolítica para os Estudos em Turismo. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 8(3), 26-31. [Link](#)
- Pimentel, T. D. (2020). El Campo Turístico: una perspectiva sociopolítica para estudiar la acción y su estructuración. In T. D. Pimentel, A. A. C. Dachary, & M. E. Korstanje. (orgs.), *El*

Da Silva, J. F., Gomes, B. M. A., De Faria, J. R. V., & Pimentel, T. D. (2023). A Questão do Poder nos Estudos em Turismo: Um Quadro Analítico a partir das contribuições da Economia Política do Poder. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 602-625. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p602>

Turismo desde las Ciencias Sociales: reflexiones, apropiaciones y diálogos con América Latina. Salvador: Editora Motres.

Poulantzas, N. (2000). *O Estado, O Poder, O Socialismo* (4a. ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Saito, H., & Ruhanen, L. (2017). Power in tourism stakeholder collaborations: power types and power holders. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 189-196. [Link](#)

Toro, J. B., & Werneck, N. M. D. F. (2018). *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Urry, J. (1990). *The tourist gaze*. London: Sage.

Weber, M. (1978). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.

Weber, M. (2004). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília & Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

NOTAS

ⁱ Entendida como a capacidade dos homens livres de qualquer constrangimento social (i.e., em estado de natureza) de realizarem toda e qualquer ação que lhes conviesse, desde que estivesse ao alcance de suas forças, a problemática do poder, tal como analisada no âmbito da filosofia, se traduziu, empiricamente, como o problema da construção de uma “ordem” – artificial, externa, superior e coercitiva – aos homens de uma dada comunidade, situada num dado contexto espaço-temporal. Dessa forma, a questão do poder, na filosofia, sobretudo na filosofia política moderna, foi tratada sob a rubrica da ordem. A marca de nossa modernidade política, dizia Lebrun (1981), é a ideia de uma dominação suprema, um poder constitutivo da Cidade. Com o nascimento da modernidade política, a ideia de uma dominação suprema que a embasa foi exposta por um inglês do século XVII, Thomas Hobbes.

ⁱⁱ Influência pode ser entendida como um “[...] tipo de poder – inconsciente, influência não negociada – que o controle social é exercido e que as regras do jogo, permitindo a sociedade como um todo a continuar funcionando, são impostas, em face das pressões divergentes de todos os diferentes interesses em jogo.” (Crozier, 1973, p.225).

ⁱⁱⁱ No sentido de que não é um produto da natureza, mas sim humano e sempre sujeito a uma deliberação mais ou menos espontânea, por parte de algum ator. E também sempre sujeito à modificação e à revisão, o que implica, por outro lado, algum dispêndio de energia no sentido de sua manutenção sem (ou com o mínimo de) mudanças ao longo do tempo.

^{iv} Desde pequenos grupos, cf. Georges Lapassade (1977), a comunidades regionais ou nacionais, cf. Benedict Andersen (2008), a extensão parece requerer apenas formas e mecanismos diferentes (ex.: uso de artefatos tecnológicos como tecnologias de informação e comunicação / TICs, à medida que os grupos crescem) de integração da comunidade simbólica, criação da coesão e da ordem, sem, contudo, afetar a questão da ordem em si – que é o argumento aqui desenvolvido. Portanto, o tamanho das comunidades é irrelevante, para o momento, para a argumentação proposta neste momento.

^v O conceito de poder é, de fato, extremamente difícil de lidar. Ele é muito vago, ambíguo e facilmente também explica muitos problemas. Ele é difícil de clarificar, devido à sua imprecisão e às contradições que ele suscita, não da incerteza da palavra poder, mas da ambiguidade dos fatos de poder em si mesmos. Crozier (1973) registra que os sociólogos e cientistas políticos têm tido, de longa data, dificuldades com a questão do poder. De um lado, os sociólogos empiricamente orientados, num estreito tipo de cientificismo, desconsideram o fenômeno porque ele é muito impreciso ou porque não pode ser

quantificado. Em seu lugar, eles estudam os determinantes das atitudes e comportamentos tomados como os únicos tipos de relacionamentos formais entre pessoas, ou o fenômeno da atração espontânea. Por outro lado, os autores mais clássicos, sociólogos humanistas, têm projetado esquemas interpretativos que eles não puderam desenvolver antes, por meio de teorias da ausência ou distribuição universal do poder. Em sua avaliação, as duas atitudes parecem ser complementares. Apesar desses obstáculos, pondera, ainda, que, nos últimos anos, cientistas sociais têm feito progressos, sobretudo na teoria da decisão, dos jogos, da ciência política e da sociologia das organizações.

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 15 jul. 2022

Aceito: 05 jul. 2023